

TOTALITARISMO, DOMÍNIO TOTAL E A DESTRUIÇÃO DO MUNDO COMUM

TOTALITARIANISM, TOTAL DOMINATION AND THE DESTRUCTION OF THE COMMON WORLD.

Elivanda de Oliveira Silva¹

Orcid: [0000-0001-8688-9709](https://orcid.org/0000-0001-8688-9709)

Resumo: Neste artigo, a partir das análises de Hannah Arendt sobre o fenômeno totalitário, discutiremos as engrenagens da dominação total como tentativa radical de destruir a singularidade humana e o mundo comum. O objetivo, portanto, é investigar, até que ponto os governos totalitários tiveram êxito ou fracassaram na sua ambição de transformar o ser humano em um animal de reações previsíveis e, portanto, destituí-lo de suas capacidades políticas.

Palavras-chave: Fenômeno totalitário; dominação total; mundo comum.

Abstract: In this article, based on Hannah Arendt's analysis of the totalitarian phenomenon, we will discuss the gears of total domination as a radical attempt to destroy human singularity and the common world. The objective, therefore, is to investigate the extent to which totalitarian governments succeeded or failed in their ambition to transform the human being into an animal of predictable reactions and, therefore, deprive him of his political capacities.

Key-words: Totalitarian phenomenon; total domination; common world.

¹ Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: elivandaos@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0291342560543215>

Hannah Arendt, em *Origens do totalitarismo*, afirma que o totalitarismo tem como fundamento o terror e, como princípio de ação, a ideologia. Com esses dois instrumentos, os governos totalitários buscaram destruir o mundo comum entre os homens e transformar toda a estrutura da realidade de acordo com seus postulados. Para tanto, era necessário “[...] a dominação total dos indivíduos, para que se enquadrem no mundo artificial e ideologicamente determinado do totalitarismo” (ARENDR, 2008, p. 371). Contudo, Arendt afirma que os dois maiores obstáculos para transformar a realidade é “[...] a imprevisibilidade [...] e a curiosa incoerência do mundo humano” (ARENDR, 2008, p. 371).

O domínio total só é alcançado quando o ser humano, dotado de espontaneidade e singularidade, é transformado no ser de reflexos, tornando-se condicionado a estímulos do meio. Tornar os homens estáticos é importante para a instituição totalitária, porque impossibilita qualquer manifestação imprevista, espontânea e livre que possa retardar a marcha do terror. Entretanto, não é apenas a liberdade humana que o totalitarismo busca controlar, mas todo e qualquer sentimento humano, até o ponto das pessoas assemelharem-se a um animal. A redução biopolítica dos indivíduos à mera espécie, ao simples fato biológico, significa que o governo totalitário está prestes a atingir o seu objetivo, que para Arendt configura-se no seguinte:

Para que um governo totalitário atinja seu objetivo de controle total sobre os governados, as pessoas devem ser privadas não só de sua liberdade, mas também de seus instintos e impulsos, que são programados para gerar reações idênticas em todos, mas sempre levam diferentes indivíduos a diferentes ações. O êxito ou fracasso do governo totalitário, portanto, depende em última análise de sua capacidade de transformar seres humanos em animais pervertidos (ARENDR, 2008, p. 327).

Arendt aponta, em *Origens do totalitarismo*, três passos para o domínio total: o aniquilamento da pessoa jurídica, moral e individual. (ARENDR, 2006, p. 498). O domínio total será alcançado pelos nazistas, respectivamente, através da supressão dos direitos legais, da eliminação da memória de seus mártires e das atrocidades cometidas nos campos de concentração, nos quais a distinção entre carrasco e vítima inexistente. O primeiro passo é tornar o indivíduo em um fora da lei, deixá-lo, totalmente, desamparado pelas leis que regulamentam as instituições de um país: “a destruição dos direitos de um homem, a morte de sua pessoa jurídica, é a condição primordial para que seja inteiramente dominado” (ARENDR, 2006, p. 502). O próximo passo é matar a pessoa moral. Isso significa a destruição de qualquer

sentimento humano: solidariedade, dor, recordação. O apelo à consciência torna-se inadequado para realizar ações que sempre foram, moralmente, aceitas pelos homens. O último passo, e o mais difícil, é destruir a individualidade humana. Trata-se de destruir todo gesto de espontaneidade, vontade e desejo. Para tanto, são usados os métodos mais cruéis, como o transporte a caminho do campo de seres humanos nus e amontoados uns sobre os outros; a raspagem dos cabelos; as roupas grotescas do campo; torturas inimagináveis para deixar o corpo dócil. Essa é a etapa mais difícil, “[...] porque destruir a individualidade é destruir a espontaneidade, a capacidade do homem de iniciar algo novo com os seus próprios recursos, algo que não pode ser explicado à base de reação ao ambiente e aos fatos” (ARENDDT, 2006, p. 506).

Tem-se, nesses métodos, cujo objetivo é alcançar o domínio total dos homens, um aspecto que se relaciona, diretamente, com as práticas de controle biopolítico, isto é, a infinita manipulação do corpo. O ato de manipular o corpo tem como objetivo deixá-lo dócil, inviabilizando qualquer resistência da alma que o carrega e que, implacavelmente, será destruída, assim, salienta Arendt:

O objetivo desses métodos, em qualquer caso, é manipular o corpo humano – com as suas infinitas possibilidades de dor – de forma a fazê-lo destruir a pessoa humana tão inexoravelmente como certas doenças mentais de origem orgânica (ARENDDT, 2006, p. 504).

Nessa perspectiva, os campos de concentração constituem a principal instituição dos regimes totalitários. É lá que, de todas as formas, os carrascos nazistas, sob comando das ordens do *Führer*, tentaram forjar a natureza humana. É atrás dos arames farpados que cercavam os campos que o regime totalitário, fundamentalmente, em sua versão nazista, a princípio, alcançou o seu principal objetivo, ou seja, eliminar qualquer tipo de espontaneidade humana, destruindo a sua individualidade. É nesse sentido que salienta Arendt: “[...] os campos de concentração constituem os laboratórios onde mudanças na natureza humana são testadas” (ARENDDT, 2006, p. 510). Pelo fato dos campos de concentração procurarem fabricar o modelo ideal dos regimes totalitários, ou seja, um ser supérfluo, sem espontaneidade, rebaixando-o a algo determinado, unicamente, pelo seu aspecto orgânico, a sua finalidade, repetidamente asseverada por Arendt, é de servir “[...] como laboratórios onde os mais variados tipos de seres humanos são reduzidos a um conjunto sempre constante de reflexos e reações.” (ARENDDT, 2008, p. 327).

Para destruir o mundo comum, o espaço que reúne todos os homens na condição de cidadãos, não bastava apenas a mentira, era necessário uma ideologia que forjasse a nova realidade em construção. A propaganda foi o instrumento utilizado para conquistar as massas, que descrentes do mundo, estavam predispostas a aceitar qualquer ficção que se mostrasse coerente: “a força da propaganda totalitária reside na sua capacidade de isolar as massas do mundo real” (ARENDR, 2006, p. 402). Para ganhar adeptos e ter crédito, o movimento totalitário, por meio da propagação de sua ideologia, forjou a própria realidade: “a propaganda totalitária cria um mundo fictício capaz de competir com o mundo real, cuja principal desvantagem é não ser lógico, coerente e organizado” (ARENDR, 2006, p. 402). É nesse contexto que passamos a compreender o antissemitismo e o ódio ao povo judeu. O nazismo construiu uma realidade de acordo com o postulado ideológico que os judeus parecessem, aos olhos de todos, uma raça subumana e, portanto, precisavam ser eliminados. Assim, o principal valor da estrutura organizacional totalitária é sua “[...] incomparável capacidade de estabelecer e proteger o mundo fictício por meio de constantes mentiras” (ARENDR, 2006, p. 432). O governo totalitário busca criar “[...] uma sociedade cujos membros ajam e reajam segundo as regras de um mundo fictício” (ARENDR, 2006, p. 414).

Nesse processo de criação do “mundo totalitário”, tem-se a substituição da visibilidade pela espetacularização, do mundo pela fabricação propagandística de uma esfera que não corresponde à realidade tal como ela é, embora atenda aos anseios das massas. Arendt aponta, em “A mentira na política – considerações sobre os documentos do Pentágono”, texto que faz parte da obra *Crises da República*, que a mentira descarada, a falsidade deliberada, a sabotagem e a dissimulação sempre foram usadas como meios legítimos para conquistar fins políticos e fazem parte, do que a autora chama *arcana imperii*, os mistérios do governo. A mentira, em muitas situações, encontra um terreno mais fértil nas mentes da grande massa, uma vez que ela é orquestrada de acordo com o que a plateia deseja ver e ouvir, em contrapartida da verdade que, por conter o elemento primordial do inesperado, traz desconforto e insegurança para o público receptor. Em outras palavras, é mais cômodo lidar com uma mentira, meticulosamente forjada, do que com a verdade que nos choca com sua imprevisibilidade. Uma das maiores mentiras do governo totalitário é o Estado, uma vez que “[...] o totalitarismo, no poder, usa o Estado como fachada externa para representar o país perante o mundo não totalitário” (ARENDR, 2006, p. 470). O Estado como fachada do movimento serve para proteger o mundo fictício contra o impacto da realidade.

Nesse sentido, a base da estrutura totalitária não é a verdade, “[...] não está na veracidade das palavras do líder, mas na infalibilidade dos seus atos” (ARENDDT, 2006. p. 437). O líder totalitário jamais pode cometer erros, pois, isso corresponderia que a ideia de mundo apresentada não é segura e pode estar errada. A infalibilidade baseia-se “[...] na correta interpretação de forças históricas ou naturais essencialmente seguras” (ARENDDT, 2006. p. 437). Tais forças são defendidas com tamanha carga ideológica que, aconteça o que acontecer, não pode ser invalidada.

Para criar esse mundo fictício, foi extremamente importante o papel desempenhado pela ideologia, que constrói uma visão de mundo, cuja característica principal é procurar compreender a vida a partir de uma perspectiva global, que visa substituir o mundo comum pelo “mundo totalitário”. Arendt compreende as ideologias “[...] como sistemas explicativos da vida e do mundo que alegam explicar tudo, no passado e no futuro, sem maiores relações com a experiência concreta” (ARENDDT, 2008, p. 369).

Em suas análises, em *Origens do totalitarismo*, quando Hannah Arendt define a ideologia como a “lógica de uma ideia”, a autora procura caracterizar a ideologia como uma visão única e abrangente acerca do sentido da realidade, e não, simplesmente, como uma “ideia”, pois, ela pretende conhecer os mistérios do processo histórico a partir da lógica inerente às suas respectivas ideias. (ARENDDT, 2006, p. 521). O que Arendt pretende demonstrar, segundo Passos, “[...] é que a ideologia, vista como a lógica de uma ideia, tem como objetivo levar ao rompimento das relações intersubjetivas, a partir da visão de mundo fornecida pela mesma” (PASSOS, 2020, p. 153). Essa visão de mundo deve ser compreendida à maneira de um silogismo que, pela aplicação de uma ideia na história, revela um processo coerente, o qual não necessita da realidade factual para confirmá-lo. A logicidade, o mero raciocínio sem qualquer consideração pelos fatos e pela experiência, são os elementos que constituem uma ideologia. Assim, esclarece Arendt em *Origens do Totalitarismo*:

O movimento da história e o processo lógico da noção de história supostamente correspondem um ao outro, de sorte que o que quer que aconteça, acontece segundo a lógica de uma “ideia”. Mas o único movimento possível no terreno da lógica é o processo de dedução a partir de uma premissa. Nas mãos de uma ideologia, a lógica dialética, com o seu processo de ir da tese, através da antítese, para a síntese, que por sua vez se torna a tese do próximo movimento dialético, não difere em princípio; a primeira tese passa a ser a premissa, e a sua vantagem para a explicação ideológica é que esse expediente dialético pode fazer desaparecer as contradições factuais, explicando-as com

estágios de um só movimento coerente e idêntico. (ARENDR, 2006, p. 521-522).

Portanto, o que pretendemos demonstrar é que a ideologia, tal como conhecida nos regimes totalitários, procura fomentar um mundo fictício, o qual tem como objetivo abarcar e organizar os fatos da realidade, a partir da dedução de premissas aceitas axiomáticamente, ou seja, toda a realidade passa a ser deduzida a partir de uma única premissa, logicamente, aceita.

A coerência, que é própria das ideologias, torna-se possível de ser alcançada, porque o movimento do pensamento lógico não nasce das experiências vivenciadas no mundo concreto, mas gera a si mesmo, fazendo com que a premissa seja o único ponto aceito. Acerca do desprezo que as ideologias mostram pela realidade. Arendt explicita:

As ideologias pressupõem sempre que uma ideia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica (ARENDR, 2006, p. 522).

Assim, enquanto o terror não alcançou seu objetivo, que “[...] é tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda a humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana espontânea” (ARENDR, 2006, p. 517) é necessário a ideologia, para doutrinar os indivíduos. Para que o terror atinja o domínio total, que significa eliminar a condição humana da pluralidade e, conseqüentemente, destruir a existência de um mundo comum, habitado pelos “diferentes”, é necessário uma certa parceria com a ideologia, no sentido de que esta é o que sustenta as mentiras que foram imprescindíveis para a construção do mundo totalitário, uma vez que “[...] o pensamento ideológico não depende da realidade existente, portanto, deixa de ter qualquer critério confiável para distinguir entre verdade e falsidade” (ARENDR, 2008, p. 369).

Para Arendt, o regime totalitário, em sua forma nazista, tem como objetivo movimentar um processo irresistível, que culminaria na vitória da raça pura: a raça ariana. A defesa de um conceito estritamente biológico de raça, justificava, segundo a ideologia nazista, a superioridade de uma classe concebida em termos de raça. A ideologia nazista pregava a existência de uma raça pura, por isso era necessário a eliminação dos impuros, dos indesejáveis, pois, caso houvesse uma mistura do sangue, levaria a degeneração da raça. O nazismo, segundo Ortega: “[...] trata-se de um Estado absolutamente racista, assassino e suicida: solução final para as outras raças, suicídio da própria raça.” (AGUIAR *et al.*, 2001, p. 79). Esse, certamente, é um dos aspectos mais contundentes que prova o caráter biopolítico

dessa organização. Um dos fundamentos do regime totalitário nazista está embasado na teoria da evolução das espécies de Darwin, teoria essa que o nazismo levou para a cena política. Para explicar a escolha dos que estão aptos para continuarem vivendo, “[...] o extermínio vira processo histórico no qual o homem apenas faz ou sofre aquilo que, de acordo com leis imutáveis, sucederia de qualquer modo” (ARENDR, 2006, p. 399). No texto “Sobre a natureza do totalitarismo: uma tentativa de compreensão”, Arendt esclarece:

Na interpretação totalitária [...] todas as leis se tornam leis do movimento. A Natureza e a História deixam de serem fontes estabilizadoras de autoridade para [serem] leis que governam as ações dos mortais, e elas próprias são movimentos. Suas leis, portanto, mesmo que seja necessária certa inteligência para percebê-las ou entendê-las, não tem nada a ver com a razão ou a permanência. Na base da crença nazista nas leis raciais está a ideia darwiniana do homem como um resultado mais ou menos acidental do desenvolvimento natural – o qual não se detém necessariamente na espécie humana, tal como a conhecemos (ARENDR, 2008, p. 359 - 360).

Para que o processo natural e histórico fosse concretizado, o mundo, de acordo com a ideologia nazista, necessitava ser limpo daqueles que eram uma sub-raça, portanto, não mereciam viver: negros, homossexuais, ciganos, portadores de deficiências físicas e, sobretudo, judeus. Têm-se, na ideologia nazista, segundo Ortega, um “[...] discurso racista biológico não-ético, mas contra o anormal, isto é contra indivíduos portadores de estigmas ou defeitos passíveis de serem transmitidos a sua descendência” (AGUIAR *et al.*, 2001, p. 77).

O racismo é um instrumento do Estado totalitário que decide quem está apto para viver e para morrer. Como política do Estado nazista, ele deixa viver os “puramente” selecionados e que são considerados inimigos do regime. Segundo Passos, o processo de nomeação do inimigo objetivo ou da raça indigna de viver de acordo com a ideologia “[...] é circular, tautológico, já que o movimento, essência do governo totalitário, não pode ter fim, pois, caso contrário, este fim decretaria o próprio esfacelamento do regime totalitário” (PASSOS, 2020, p. 146).

Para que a eliminação dos degenerados alcançasse êxito, era preciso que o terror ocupasse o lugar das leis positivas. Assim, “[...] no corpo político do governo totalitário, o lugar das leis positivas é tomado pelo terror total, que se destina a converter em realidade a lei do movimento da história ou da natureza” (ARENDR, 2006, p. 516).

Os governos totalitários, na tentativa de destruir o mundo comum, buscam primeiramente, destruir o senso comum², que é a faculdade com a qual temos acesso à realidade, com a qual nos manifestamos aos outros, justamente, por compartilharmos de um espaço que é comum a todos. Para ter êxito, “[...] a dominação totalitária passa pela destruição desse sentido da realidade, dessa faculdade que se apoia na presença do outro” (SOUKI, 1998, p. 127). Contudo, o totalitarismo não consegue destruir o senso comum e o substitui pela logicidade, pelo raciocínio ideológico. Arendt aponta, em *Compreensão e Política*, a diferença, em termos políticos, entre o senso comum e a lógica:

Pressupõe um mundo comum em que todos nós cabemos, onde vivemos juntos porque possuímos um senso que controla e ajusta todos os dados sensoriais estritamente particulares aos de todos os outros; ao passo que a lógica e toda evidência com que procede o raciocínio lógico podem alegar uma confiabilidade totalmente independente do mundo e da existência de outras pessoas” (ARENDDT, 2008, p. 341).

Portanto, através do senso comum, nós podemos confiar na nossa experiência sensível, nas coisas que ocorrem e acontecem sob nossos olhos, pois, ele nos dá acesso ao real, e nosso senso do real depende, inteiramente, da aparência. A perda do senso comum significa a impossibilidade de compreender a realidade como ela é. Assim, é “[...] apenas quando o âmbito comum *entre* os homens foi destruído e a única confiabilidade restante consiste nas tautologias sem significado” (ARENDDT, 2008, p. 341), é que é possível a dominação das pessoas por meio de um poder compulsório e violento, que arranca dos cidadãos o sentimento de pertencer a um mundo comum e, portanto, de estabelecer o diálogo e a *philia* não apenas no espaço público, mas também no cotidiano da privacidade.

A questão é que o impacto da realidade factual, como todas as outras experiências humanas, precisa da palavra para sobreviver ao momento da experiência, precisa da conversa e da comunicação com os outros para permanecer segura de si. A dominação total é bem-sucedida quando consegue interromper todos os canais de comunicação – aqueles entre pessoas, que dão no limite das quatro paredes da privacidade, não menos que os canais públicos, resguardados nas democracias pelas liberdades de expressão e de opinião (ARENDDT, 2018, p. 70).

² “O senso comum é o que nos dá acesso ao real, e a realidade apreendida por nossos sentidos é garantida pela segurança constante com que os outros percebem e manipulam os mesmos objetos, num mundo em que nos percebemos em comum. Sem essa garantia, o real se esvanece, dá lugar à ficção e dá espaço à crença de que tudo é possível” (SOUKI, 1998, p.127-128).

O domínio totalitário não se contenta apenas com o isolamento dos homens, mas os faz experimentar a experiência mais radical que um homem poder ter, que é a experiência da solidão, de não pertencer a um mundo comum, de sentir-se supérfluo a ponto de nem mesmo senti-lo, uma vez que, na experiência da solidão, temos “[...] a perda do próprio eu [...]” (ARENDDT, 2006, p. 529). Nessa situação, o homem deixa de confiar em si como companheiro de seus próprios pensamentos, e no mundo, que garante a todos a experiência concreta. O homem, na solidão, perde tanto a capacidade de sentir quanto a de pensar.

Podemos dizer que a experiência de não pertencimento ao mundo, configura-se como algo que é vivenciado de maneira singularmente drástica nos campos de concentração. No campo, procura-se aniquilar a capacidade que o senso comum possui de ser o componente de mediação entre o eu e o outro. Todos estão relegados ao esquecimento, nas palavras de Arendt:

O verdadeiro horror dos campos de concentração e de extermínio reside no fato de que os internos, mesmo que consigam manter-se vivos, estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido, porque o horror compele ao esquecimento. No mundo concentracionário, mata-se um homem tão impessoalmente como se mata um mosquito. Uma pessoa pode morrer em decorrência de tortura ou de fome sistemática, ou porque o campo está superpovoado e há necessidade de liquidar o material humano supérfluo (ARENDDT, 2006, p. 493).

Esta tentativa de transformar os indivíduos em supérfluos e desenraizá-los de sua condição humana tem como objetivo arrancar, dos corações humanos, o amor pela atividade de pensar e de agir, que se configuram como um problema para os regimes totalitários. Isso se deve ao fato de que, o não poder controlar as mentes dos indivíduos, configura-se como um perigo às pretensões totalitárias, pois, significa que o homem está sempre aberto à possibilidade de mudar de opinião, através da busca, incessante, por novos significados e iniciar novos empreendimentos.

Assim, concluímos essa investigação, respondendo ao problema de nosso artigo, que foi examinar, até que ponto os governos totalitários tiveram êxito ou fracassaram na sua ambição de transformar o ser humano em “coisas sem corpo e nem alma” (ARENDDT, 2008, p. 227), e assim destituí-lo de suas capacidades políticas a partir da ferramenta do domínio total. A resposta para a referida questão foi orientada com base em duas ponderações de Arendt: a primeira é aquela que exalta a capacidade de ação dos indivíduos, de iniciar o novo.

Para Arendt, mesmo quando estamos imersos em situações de silenciamentos, opressões e destruição da arena pública, nenhum governo autocrático e todo o seu arsenal de destruição, jamais aniquilarão do espírito humano a capacidade de se reinventar, de instaurar o novo, porque cada ser humano corresponde a um novo nascimento, a um novo começo. A ação, é a promessa da política, diz ela. A segunda, trata-se de um aviso que Arendt nos reservou nas páginas finais de *Origens do Totalitarismo*. Assim, ela pontua: “pode ser que os verdadeiros dilemas de nosso tempo somente venham a assumir a sua forma autêntica – embora não necessariamente a mais cruel – apenas quando o totalitarismo tiver se tornado uma coisa do passado” (ARENDDT, 1951, p. 460).

Referências bibliográficas

AGUIAR, Odílio Alves. (Org.). *Origens do Totalitarismo 50 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ARENDDT, Hannah. *Ação e a busca da felicidade*. Trad. Virginia Starling e organização de Heloísa Starling. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2018.

ARENDDT, Hannah. *Origins of Totalitarianism*. San Diego, New York and London: Harvest Book, 1951.

ARENDDT, Hannah. *Compreender: Formação, Exílio e Totalitarismo*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008

ARENDDT, Hannah. *Crises da República*. Trad. José Volkman. São Paulo: Perspectiva, 2008b.

ARENDDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b.

PASSOS, Fábio A. *O conceito de mundo em Hannah Arendt: para uma nova filosofia política*. 2ª.Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

SOUKI, Nádia. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.